

Capítulo de Livro:

Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2002). Adolescentes em situação de rua. Em M. L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. S. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 110-119). Brasília, DF: CFP & Ministério da Saúde.

Adolescentes em Situação de Rua**Capítulo 12**

Lucas Neiva-Silva

Sílvia Helena Koller¹²

Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua

Instituto de Psicologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹Endereço para correspondência: CEP-RUA/UFRGS, Instituto de Psicologia, Rua Ramiro Barcelos, nº 2600, sala 104, CEP 90035-003, Porto Alegre, RS. Fone: (51) 33165150, Fax: (51) 33339819. *E-mail*: cep_rua@ufrgs.br

²Sobre os autores: *Lucas Neiva-Silva* é Psicólogo formado pela Universidade de Brasília e Mestrando em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua/UFRGS) e Coordenador da Equipe de Pesquisa sobre Expectativas Futuras e Resiliência em Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do CEP-Rua/UFRGS (*E-mail*: lucasneiva@yahoo.com.br). *Sílvia Helena Koller* é Psicóloga, Doutora em Educação (PUCRS), Pesquisadora do CNPq e Professora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/UFRGS) (*E-mail*: kollersh@ufrgs.br).

Como caracterizar os adolescentes em situação de risco?

A literatura tem gerado muitas definições sobre quem são, como são e quantos são os adolescentes em situação de risco, que se desenvolvem pelas ruas das cidades brasileiras e do mundo inteiro. Definir estes adolescentes como pertencentes a um ou outro grupo tem sido sempre uma tarefa difícil para estudiosos. No entanto, estas definições são necessárias para realização de pesquisas, bem como para o planejamento de intervenções. Koller e Hutz (1996) afirmam que definir crianças e adolescentes como pertencentes a grupos estáticos como meninos *de* rua ou meninos *na* rua, é uma temeridade, pois a complexidade e a diversidade do espaço da rua produz uma dinâmica bastante particular às vidas das pessoas que dele se utilizam. Em substituição a esses termos, sugerem a terminologia *crianças e adolescentes em situação de rua*. Os adolescentes em situação de rua serão identificados, nesta cartilha, tomando-se por base a caracterização apresentada por Neiva-Silva e Koller (no prelo), em que são considerados cinco aspectos principais: (1) a vinculação com a família; (2) a atividade exercida; (3) a aparência pessoal; (4) o local em que se encontra o adolescente; e, (5) a ausência de um adulto responsável pelo mesmo. Antecipadamente, faz-se necessário ressaltar que estes não são critérios rígidos, a serem adotados em definitivo, mas características que devem ser consideradas em toda a sua complexidade e analisadas de forma aprofundada no contato face-a-face com os adolescentes.

A relação com a família sempre foi mencionada como um dos principais fatores a serem considerados na descrição dos adolescentes em situação de rua. Inicialmente, os adolescentes em situação de rua eram vistos como aqueles que abandonaram seus lares ou foram abandonados por suas famílias. Posteriormente, foram identificados, nos países em desenvolvimento, dois tipos de adolescente no contexto da rua (Lusk, 1989). Esta diferenciação teve como principal enfoque a vinculação com a família. O primeiro grupo, denominado “meninos *na* rua”, dentre outros fatores, era constituído daqueles que vinham para a rua, mas mantinham laços familiares, retornando para casa à noite ou nos finais de semana. (Lusk, 1989; Raffaelli, 1996). O segundo grupo, os “meninos *de* rua”, era formado por aqueles que haviam rompido os laços familiares, apesar da maioria não ser órfã. Atualmente, observa-se que os adolescentes não estão em dois grupos estáticos, mas pertencem a um *continuum* entre a volta diária à casa e a total permanência na rua ou em instituições de atendimento. A vinculação familiar não pode ser entendida como um critério estático de identificação de um adolescente em situação de rua. Devido à complexidade do universo psicossocial e da dinâmica da vida na rua, o tipo de ligação estabelecida com a família é mais um aspecto considerado para a compreensão da problemática.

O segundo aspecto adotado para caracterizar a situação de rua é a atividade desempenhada pelo adolescente neste contexto. Uma primeira diferenciação necessária está relacionada à realização de dois tipos de atividades: as lícitas e as ilícitas. Segundo Rosemberg (1996), as principais atividades lícitas desempenhadas na rua são: pedir esmola, perambular, brincar, dormir e trabalhar. O ato de esmolar inclui o pedido de dinheiro ou produto, geralmente alimentação, sozinho ou acompanhado de outros adolescentes. Perambular refere-se a circulação pela rua, sozinhos ou em grupo.

O ato de brincar é de grande importância para o desenvolvimento infanto-juvenil independente do contexto e apesar dos potenciais riscos que a rua apresenta. A atividade lúdica é de especial interesse para o profissional que busca realizar alguma intervenção junto a estes adolescentes. Constitui-se em uma das principais formas de estabelecimento de vínculo entre um adulto, em princípio desconhecido e o adolescente. Dependendo da idade do adolescente com o qual o adulto interage e do número de pessoas envolvidas, inúmeras atividades podem ser desenvolvidas, com o objetivo de aproximar a relação, conquistar a confiança mútua e, por consequência, estabelecer vínculos. Dentre estas, citam-se as atividades esportivas, nas quais destacam-se o futebol, bastante difundido no Brasil, e as atividades artísticas, como o desenho, a pintura, a colagem, a música, a dança, o teatro e a fotografia.

Dentre as atividades artísticas passíveis de serem desenvolvidas junto aos adolescentes em situação de rua, algumas merecem um certo destaque, pela gama de vantagens que oferecem ao profissional durante a sua realização. Uma delas é a música, capaz de despertar interesse, principalmente quando composta e cantada pela própria garotada. Surgem desde canções infantis até aquelas produzidas pelos próprios adolescentes, marcadas com um conteúdo de denúncia social, como no movimento *hip-hop*. Uma ferramenta muito utilizada é registrar em áudio ou vídeo a interpretação individual ou grupal e depois mostrá-la aos protagonistas, para que ouçam ou assistam suas próprias vozes e atuações. A capoeira, fruto da união entre a música e a dança, tem sido uma das atividades que mais desperta o interesse de adolescentes em situação de rua, talvez por possuir elementos de caráter esportivo e de arte marcial, e por ser oferecida em espaços públicos, onde eles circulam. Esta atividade estimula o desenvolvimento psicomotor, através do ritmo e do exercício corporal, permite a expressão disciplinada da agressividade contida e, principalmente, o desenvolvimento moral através da construção de normas e regras para o jogo de capoeira e de convívio entre os pares. Ainda no campo das artes, o teatro, desenvolvido no contexto da rua, destaca-se por permitir que o adolescente represente suas próprias experiências, dramas e conflitos. Com frequência, os jovens apresentam comportamentos mais tímidos, na realização dos jogos dramáticos, mas com o tempo, assumem os mais diferentes papéis. Verifica-se a representação de personagens do cotidiano da rua, como por

exemplo, o bêbado que anda cambaleando, o traficante que tem muito dinheiro, o policial agressivo, a criança de rua, o filho, o pai, a mãe e a criança com alto poder aquisitivo. Enfim, surgem em cena inúmeros símbolos do imaginário social, que representam concepções e conflitos vividos no contexto da rua.

O período da adolescência é decisivo na vida do jovem, pois, geralmente, coincide com a entrada no mundo do trabalho, caracterizando a construção de uma nova identidade ou a aquisição de um novo *status* de adulto (Sarriera, Schwarcz & Câmara, 1996). Com relação à população em situação de rua, este marco no ciclo desenvolvimental nem sempre ocorre da mesma maneira, pois o trabalhar, geralmente, inicia-se ainda na infância, antes mesmo do primeiro contato com a escola. Trabalho consiste em qualquer ação laboral lícita, formal ou informal, cujo objetivo final seja a obtenção de dinheiro, alimento, vestuário, bens, serviço ou privilégio. Dentre os trabalhos mais comumente realizados na rua, encontram-se os vendedores ambulantes, os engraxates, os guardadores e limpadores de carros e os que realizam alguma atividade artística, como por exemplo, o malabarismo. Dentre as atividades lícitas, o trabalho e a mendicância configuram-se como sendo as principais formas de obtenção do que necessitam. Contudo reconhece-se que parte dos adolescentes desenvolve, também, de forma esporádica ou periódica, atividades ilícitas, tais como, o roubo, o furto e as ações ligadas ao comércio de drogas, tais como, venda, compra, intermediação e transporte. Uma parte considerável de adolescentes em situação de rua de ambos os sexos são expostos à exploração sexual, para garantir a sua sobrevivência.

O trabalho, realizado por adolescentes em situação de rua, analisado em toda a sua complexidade, ainda é bastante discutido. Se por um lado, “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Art. 60), por outro, o trabalho é gerador de identidade para o sujeito (Jacques, 1993) e renda para a sobrevivência sua e de sua família, diferenciando os adolescentes dos “vagabundos” e dos “marginais” (Bonamigo, 1996). O trabalho realizado por crianças e adolescentes em situação de rua permite “uma forma diferente de infância,... que envolve, ao mesmo tempo, prejuízos e vantagens, exigências e atribuições, sofrimento e satisfação” (Bonamigo, p. 149).

O terceiro aspecto adotado para caracterizar a “situação de rua” do adolescente é sua aparência pessoal. Este é um dos aspectos mais frequentemente usados para identificá-los. A aparência é pautada, principalmente, na observação de aspectos exteriores, como a vestimenta e a higiene (Rosemberg, 1996). Frequentemente observa-se a ausência de calçados, uso de roupas descuidadas e com tamanhos inadequados ao corpo, assim como mãos, pés e rosto sujos, denotando pobreza e desleixo. Estes fatores

podem ser descritos como aparência de abandono, pois a visível falta de higiene e de adequação no vestir, informa sobre a ausência de atenção de um cuidador. Estas ocorrências contribuem para a manutenção de um estereótipo que descreve, dentro destes padrões, as características físicas da população de rua. Por outro lado, pode-se encontrar diversos casos que não se ajustem a esta descrição. Em geral, as crianças em situação de rua, quando chegam na adolescência, tendem a ter uma maior preocupação com a auto-imagem, podendo ser encontradas com roupas e calçados limpos e relativamente novos. Dependendo se estes adolescentes estão trabalhando e do quanto disponibilizam em termos financeiros, é possível encontrar referências, inclusive, sobre o uso de grifes da moda caras e famosas. Isto é observado, por exemplo, em adolescentes envolvidos em algumas atividades ilícitas, em geral rendosas e que exigem melhor apresentação pessoal, confundindo-os com jovens de nível socioeconômico médio. Diante do exposto, salienta-se a importância do profissional em extrapolar a observação apenas da aparência pessoal e buscar a identificação de outros fatores contextuais para que haja a correta identificação da população.

O quarto fator adotado para caracterizar o termo “em situação de rua” é o local onde o adolescente se encontra. “A rua não é apenas um lugar de circulação. Para muitos, é lugar de viver” (Craidy, 1999, p. 21). Rosenberg (1996) define a rua como “toda via ou logradouro público externo” (p. 31), incluindo avenidas, praças, parques, estacionamentos, jardins, feiras, calçadas, assim como todo espaço público ao redor de instituições ligadas a comércio, alimentação, lazer, transporte, desporto, saúde e religião, dentre outros. Esta descrição do local deve ser tomada com base em outros aspectos, tais como, a proximidade da casa ou local considerado como referência domiciliar primária. A rua deve ser compreendida, não só como espaço físico concreto, mas também como o contexto onde são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações de socialização do adolescente que nela vive, de forma parcial ou integral. Existe, ainda, o local adotado pelos adolescentes como referência para deixar seus pertences e/ou para dormir. Sua nomenclatura varia de acordo com as cidades ou regiões do país, mas em geral são conhecidos por “mocós”, comumente, localizados em becos, terrenos baldios, casas abandonadas, construções não-concluídas e até nas copas de árvores ou sob as mesmas. Na maior parte das vezes, estes locais são deixados conhecer apenas quando existe grande vinculação do adolescente com os seus visitantes. É recomendável que estes locais sejam respeitados e não penetrados sem a devida autorização.

O quinto aspecto adotado para caracterizar o adolescente em situação de rua é a ausência de um adulto identificado como seu cuidador ou responsável. Este aspecto é mais apropriadamente utilizado para definir as crianças em situação de rua do que os adolescentes, pois estes, em geral, têm mais

autonomia para circular sozinhos pelas ruas, estando quase sempre desacompanhados. Alves e colaboradores (2001) verificaram que os adolescentes em situação de rua procuram sistematicamente a companhia de adultos na rua, nem sempre seus cuidadores, mas conhecidos ou pessoas com quem podem conseguir alguma ajuda. Há, ainda, aqueles adultos que se aproximam dos adolescentes, com pretensa aparência de cuidadores, mas, na verdade, são exploradores do seu trabalho ou da sua sexualidade. Existem casos em que os adolescentes estejam aparentemente sozinhos, por exemplo, vendendo algum produto ou realizando algum serviço, mas estão sendo observados à distância por um adulto que se intitula “responsável”. Quando da aproximação de alguma pessoa que possa representar uma ameaça à funcionalidade desta estrutura, seja um policial, um educador de rua ou um pesquisador, surge imediatamente este adulto afirmando que as crianças não estão desacompanhadas.

Em resumo, os critérios de identificação de adolescentes em situação de rua para fins de planejamento ou execução de determinada intervenção devem levar em conta os cinco aspectos aqui citados. Entretanto, devido à enorme complexidade e diversificação desta população, reitera-se que nenhum dos fatores deve ser tomado de forma absoluta e isolado dos demais. Na análise de todo o contexto, é importante considerar os riscos aos quais os adolescentes estão expostos, assim como o quão vulneráveis eles estão frente a estes riscos (Hutz & Koller, 1999). Ressalta-se que não se pretende estabelecer uma norma a ser seguida de forma arbitrária para a classificação da referida população no Brasil, nem tampouco preencher as lacunas para o entendimento das condições de vida dos adolescentes que se utilizam do espaço da rua para o seu desenvolvimento. Ao contrário, espera-se oferecer um conjunto de fatores a serem levados em consideração para orientar a identificação de cada caso de adolescente que esteja em situação de rua.

Quais os possíveis caminhos para a intervenção?

Ao se planejar uma intervenção voltada aos adolescentes em situação de rua, é preciso reconhecer que não existe uma “receita” única a ser seguida criteriosamente. O primeiro aspecto a ser considerado é focalizar o objetivo específico para o qual esta intervenção está sendo planejada: evitar a migração para a rua ou a exposição a riscos, drogas, exploração do trabalho ou da sexualidade, etc. Contudo, tem-se observado que alguns fatores são primordiais nos projetos de intervenção. Dentre eles, um dos principais é o desenvolvimento de uma *rede de apoio social*. Esta pode ser compreendida como sendo o conjunto interligado de recursos pessoais, profissionais e institucionais que venham a oferecer algum tipo de apoio aos adolescentes em situação de risco. Quando um grupo concentra suas atenções em torno de uma temática que diz respeito direta ou indiretamente a todos, existe uma grande

possibilidade de mobilização em busca de soluções e ações práticas (Cinnanti, 1999). Este é o princípio da formação das redes sociais. O estabelecimento desta rede deve abarcar os diversos contextos nos quais estão inseridos os adolescentes, desde um nível micro onde se estabelecem as relações interpessoais imediatas até um nível macro no ambiente das grandes instituições (Brito & Koller, 1999).

Antes de realizar qualquer intervenção, é necessário conhecer o público alvo. Um primeiro passo é identificar se existe alguma vinculação preservada entre o adolescente e a sua família. Retomando o contínuo no qual em um dos extremos estariam os adolescentes totalmente ligados à família e no outro os que perderam todo o contato com esta (Neiva-Silva & Koller, no prelo), cabe ao profissional tentar localizar onde se encontra cada um das pessoas com as quais ele está lidando. Uma vez realizado este diagnóstico e sendo observado que existe uma família capaz de oferecer um mínimo de proteção, deve-se buscar o resgate da competência familiar, evitando ao máximo o rompimento completo dos vínculos, independente do nível de parentesco. A família pode ser entendida como um contexto de risco, mas também como um espaço de proteção (Dios, 1999). Segundo a autora, o risco ocorre quando há negligência, abandono, exposição à violência, ao abuso e quando há dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos. Por outro lado, a proteção acontece quando existe, ainda que de maneira irregular, o acolhimento, o afeto, a preocupação, o cuidado. Partindo do princípio de que “toda família apresenta nuances de risco e de proteção em menor ou em maior escala” (Dios, p. 84), cabe ao psicólogo fortalecer esta rede social primária, minimizando os fatores de risco e potencializando os fatores de proteção encontrados na família. No entanto, não se pode perder de vista o desejo do adolescente em retomar estes vínculos, respeitando a sua história pregressa com este grupo familiar. Qualquer tentativa de reintegração na família que não contemple este aspecto será fadada ao fracasso. Muitas vezes, um encaminhamento institucional pode ser muito mais protetivo do que forçar o retorno de um adolescente a uma família abusiva.

Uma das principais atividades do profissional que planeja desenvolver alguma intervenção com adolescentes em situação de rua é identificar e integrar a ação de pessoas da comunidade, profissionais e instituições que contribuam ou estejam dispostos a contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. Geralmente, na ânsia de solucionar o problema, as pessoas pensam em fundar instituições que cuidarão dos adolescentes e os transformarão dentro de pouco tempo em cidadãos. Observa-se a necessidade de desconstruir o mito de que um único profissional isolado poderá resolver toda a complexa problemática apresentada. Mais importante que a criação de novas instituições, é o fortalecimento e o trabalho integrado das que já existem. Neste sentido, cabe ao psicólogo buscar

encontrar em sua cidade todas as organizações governamentais (OGs) e organizações não-governamentais (ONGs) que disponibilizam algum tipo de serviço destinado aos adolescentes em situação de risco. Estas devem abarcar diferentes recursos necessários ao desenvolvimento humano, como educação, trabalho, saúde, moradia, alimentação e lazer, sempre visando à melhoria da qualidade de vida e à promoção da saúde dessa população.

Dentre as diferentes organizações, destacam-se as escolas que possuem um plano de ensino diferenciado para receber o adolescente que vem da rua. Estas, em geral, contam com profissionais melhor capacitados para lidar com as idiossincrasias do seu público-alvo. Nestas instituições, destacam-se as equipes de “educadores de rua”, grupos mais bem treinados e instrumentados para a abordagem e o trabalho na rua, cujo objetivo final é promover a inserção ou o retorno dos adolescentes à escola. Existem também instituições voltadas exclusivamente para o atendimento da dependência química, seja ela em relação às drogas, ao álcool ou ao fumo. Nestas, é imprescindível a interdisciplinaridade profissional, abarcando áreas como psicologia, pedagogia, medicina, nutrição, enfermagem, terapia ocupacional e serviço social, dentre outras. O adolescente, enquanto trata a sua dependência química, pode participar de oficinas profissionalizantes em instituições voltadas exclusivamente para este fim. Dependendo do nível de organização das mesmas, podem ser elaborados projetos de reinserção social através de convênios com empresas, nas quais os adolescentes entram como “aprendizes”. Outras instituições possuem infra-estrutura voltada para o lazer e a prática de esportes. Estas são de grande importância pois, em geral, funcionam como a “porta de entrada” dos adolescentes na grande rede de instituições e ao mesmo tempo são a “porta de saída” das ruas. Podem ser elaborados projetos como “ruas de lazer” ou “esporte na madrugada”, nos quais são oferecidas atividades em momentos/contextos nos quais os adolescentes poderiam, de outra forma, estar na rua.

Complementando o conjunto de serviços oferecidos aos adolescentes em situação de rua, encontram-se os albergues, destinados àqueles que possuem uma menor vinculação familiar. Considerando que, nestes casos, os adolescentes retornam para o lar apenas de forma esporádica ou em situações extremas quando não mais retornam, os albergues se apresentam como um serviço de grande importância, oferecendo o local para repouso, higiene e alimentação. O papel do psicólogo neste ambiente é imprescindível, pois dependendo do fruto do seu trabalho, o adolescente retornará para a rua ou entrará no processo de reinclusão social junto às demais instituições. Por fim, são incorporadas à grande rede institucional de apoio, as organizações de saúde pública, como hospitais, centros de saúde e desintoxicação, postos de emergência, etc. Não basta apenas haver a instituição, mas é preciso que haja um serviço especial de atendimento à população de rua, uma vez que em muitos casos, os

adolescentes não possuem consigo os documentos necessários ao pronto atendimento. Por estas dificuldades, muitas vezes pequenos males são menosprezados pelos próprios jovens e se agravam até tornarem-se casos de urgência. A população de rua, devido à alta exposição aos riscos deste contexto, deve ter acesso a instituições voltadas ao atendimento de acidentes, doenças infecciosas e sexualmente transmissíveis e causadas pelo uso de drogas em geral.

Como é possível observar, o psicólogo possui grande responsabilidade e trabalho não só dentro de cada uma das instituições aqui descritas, como também na integração de todas elas. Faz-se necessário considerar que poucas são as cidades brasileiras que possuem toda esta rede já implantada, cabendo também ao profissional da psicologia oferecer grandes contribuições na potencialização dos recursos das organizações já existentes ou na implantação daquelas ainda inexistentes.

Referências

- Alves, P. B. , Koller, S. H., Silva, M. R., Santos, C. L., Silva, A. S., Reppold, C. T. & Prade, L. T. (2001). Brinquedo, trabalho, espaço e companhia de atividades lúdicas no relato de crianças em situação de rua. *Psico*, 32(2), 47-71.
- Bonamigo, L. R. (1996). O trabalho e a construção da identidade: Um estudo sobre meninos trabalhadores na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 129-152.
- Brito, R. & Koller, S.H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. Em A. M Carvalho (Org.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cinnanti, C. J. J. (1999). Redes sociais na prevenção da drogadição entre crianças e adolescentes em situações de rua. Em D. B. B. Carvalho & M. T. Silva (Orgs.), *Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: A experiência do Prodequi*. Brasília: MS/COSAM; UnB/PRODEQUI; UNDCP.
- Craidy, C. M. (1999). *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Dios, V. C. (1999). Droga, família, escola e o grupo de pares no processo de socialização de crianças e adolescentes em situação de rua. Em D. B. B. Carvalho & M. T. Silva (Orgs.), *Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: A experiência do Prodequi*. Brasília: MS/COSAM, UnB/PRODEQUI, UNDCP.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.

- Hutz, C. S. & Koller, S. H. (1999). Methodological and ethical issues in research with street children. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 59-70.
- Jacques, M. G. C. (1993). *Trabalho, educação e construção da identidade*. Tese de Doutorado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Koller, S. H. & Hutz, C. S. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 11-34.
- Lusk, M. W. (1989). Street children programs in Latin America. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 16, 55-77.
- Martins, R. A. (1996). Criança e adolescentes em situação de rua: Definições, evolução e políticas de atendimento. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 35-44.
- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (no prelo). A rua como contexto de desenvolvimento. Em E. Lordelo (Org.), *Contextos brasileiros de desenvolvimento da criança*. Salvador, UFBA.
- Raffaelli, M. (1996). Crianças e adolescentes de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 123-128.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 21-58.
- Sarriera, J. C., Schwarcz, C. & Câmara, S. G. (1996). Juventude, ocupação e saúde. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 61-78.